

Senadores cobram solução para crise dos municípios



Roosevelt Pinheiro

■ Situação financeira precária foi agravada pela redução, a partir do mês de maio, dos repasses do FPM

Demissões, paralisação de obras, suspensão do pagamento de fornecedores, redução do horário do expediente. É esse o quadro, apontado ontem por senadores, de boa parte das cidades brasileiras devido à redução dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A solução, afirmam, está no diálogo entre governo federal, estados e municípios e na participação dos prefeitos nos debates sobre a reforma tributária.

Página 3

PARTILHA Em pronunciamentos no Plenário, senadores defenderam uma melhor distribuição dos tributos arrecadados pelo Executivo federal

Taxa mínima de energia elétrica pode ser extinta

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprovou projeto que veda a cobrança da taxa mínima de energia elétrica de consumidores residenciais.

Página 7

Comissão aprova nome para Adene

Página 8

CPI DO BANESTADO

Waldemir Rodrigues



ADIAMENTO A comissão de inquérito decidiu que os ex-prefeitos Paulo Maluf e Celso Pitta não serão ainda convocados

Missão será enviada aos EUA este mês

Foi marcada para o dia 22 de agosto a viagem aos Estados Unidos de um grupo de parlamentares para conhecer como funcionava suposto esquema de lavagem de

dinheiro de atividades criminosas com origem no Brasil. Esses recursos teriam passado por agências bancárias norte-americanas. A CPI também decidiu ouvir a ex-

chefe de fiscalização do Banco Central Tereza Grossi, que, à época em que teria ocorrido a evasão de divisas por meio de contas CC-5, era responsável pela supervisão dos bancos.

Páginas 4 e 5

José Maranhão festeja os 418 anos da Paraíba



Maranhão citou vocação turística de seu estado

O senador José Maranhão (PMDB-PB) registrou em Plenário que a Paraíba completou 418 anos ontem. Nessa data, em 1585, os portugueses se uniram aos índios tabajaras e, depois de quatro

tentativas, fundaram a cidade de Nossa Senhora das Neves, futura João Pessoa, a terceira cidade mais antiga do Brasil, lembrou. O senador cumprimentou ainda o jornal *Correio da Paraíba*, que também completou ontem 50 anos de fundação.

Augusto lembra o Dia Nacional da Saúde



Augusto: data é homenagem a Oswaldo Cruz

Ao registrar que ontem transcorreu o Dia Nacional da Saúde, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) lembrou que a data foi escolhida em homenagem ao nascimento, em 1872, do médico sanita-

rista Oswaldo Cruz. O brasileiro que mostrou ao mundo a importância da vacinação de pessoas.

– Até Oswaldo Cruz erradicar a febre amarela e controlar a varíola, o mundo não acreditava na vacina – disse Augusto.

Retirada PEC sobre as emissoras comunitárias

Proposta transferia do Senado para Executivo competência para autorizar aberturas de novas rádios

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que permitia ao Executivo autorizar o funcionamento de emissoras de radiodifusão comunitária sem a necessidade de aprova-

ção pelo Congresso (PEC 21/03) foi definitivamente retirada de pauta a pedido de seu autor, o senador Osmar Dias (PDT-PR). Ele preside a Comissão de Educação (CE) e sua proposta visava desonerar a comissão da sobrecarga advinda do exame de milhares de autorizações.

O vice-presidente da CE, senador Hélio Costa (PMDB-MG), justificou primeiramente o requerimento de retirada da PEC. Segundo ele, a dedicação

dos senadores conseguiu “limpar a pauta” da comissão, analisando em pouco mais de cinco meses as mais de 3 mil autorizações de rádio e TV comunitárias que lá se encontravam.

Hélio Costa destacou a “função social extremamente importante” da radiodifusão comunitária. Chamado a justificar o requerimento, Osmar Dias observou que pedia a retirada depois de ouvir todos os membros da comissão.

Demostenes sugere conselho parlamentar



Demostenes quer elevar moral do povo brasileiro

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) sugeriu aos senadores do seu partido, do PSDB e do PMDB, a criação de um “conselho parlamentar de alto nível para auxiliar o Brasil a reencontrar-se com a governabilidade”. Segundo Demostenes, o conselho estaria desvinculado da ocupação de cargos ou qualquer exercício de fisiologismo.

– O único propósito é o de colaborar para o soerguimento do moral do povo brasileiro, que precisa de visibilidade de futuro neste momento de desencanto – afirmou.

José Jorge (PFL-PE) manifestou solidariedade a Demostenes. Ney Suassuna (PMDB-PB) lembrou que seu partido está apoiando o governo, mas reclamou da pouca informação e da falta de clareza do governo.

Mesquita destaca Revolução Acreana



Evento foi prova de amor à pátria, diz Mesquita

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) comemorou ontem a entrega ao governo do Acre, pelo Museu da República, da espada e da bandeira utilizadas por José Plácido de Castro durante as campanhas da Revolução Acreana. Segundo o senador, a entrega dos objetos é parte das comemorações dos 101 anos da Revolução Acreana.

– No vigor dos seus 27 anos de idade, há 101 anos, Plácido de Castro se propôs expulsar o sindicato multinacional boliviano Sindycate, que solapava as riquezas produzidas com a exploração da borracha, e proclamou a necessidade da revolução” – afirmou.

De acordo com Mesquita Júnior, a Revolução Acreana é a história de homens e mulheres que fizeram uma declaração de amor ao Brasil.

Agenda

Senado analisa proposta para conclusão de obras públicas

O Plenário realiza hoje, a partir das 14h30, a quarta sessão de discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 34/99, de Pedro Simon (PMDB-RS), que cria condições para

a conclusão de obras públicas em andamento; e o Projeto de Lei do Senado nº 136/02, que inclui a disciplina Noções de Cidadania no currículo escolar.



Sarney recebe ministro Olívio Dutra

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 8h40, o ministro das Cidades, Olívio Dutra; às 11h, o embaixador Marco César Naslausky,

diretor-geral da Agência Brasileira de Cooperação; e às 11h30, o diretor-geral da Imprensa Nacional, Fernando Tolentino de Souza Vieira.

CCJ discute instalação de presídios federais

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) examina hoje, às 10h, Projeto nº 74/03, que trata da instalação de presídios federais. Amanhã realiza audiência com os presidentes da Ordem dos Advogados do Brasil, da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público e da Associação dos Magistrados Brasileiros.

Relatórios do TCU em exame

Às 11h30, a Comissão de Fiscalização e Controle, presidida por Ney Suassuna (PMDB-PB), se reúne para analisar os Avisos de número 12/02, 48/02, 55/02, 195/00, 164/00 e 17/01, do Tribunal de Contas da União sobre consultas e auditorias em órgãos e obras públicas.

Reforma das universidades

O seminário “Universidade: Por que e como reformar?”, previsto inicialmente para ocorrer no Auditório Petrônio Portella, será realizado no Clube do Exército, em Brasília (DF), hoje e amanhã, a partir das 8h45. Informações: (61) 410-9243 ou (61) 226-0601.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Heráclito defende uma solução emergencial

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) dirigiu apelo ao governo para que adote uma solução emergencial destinada a socorrer as prefeituras diante da crise financeira causada pela queda nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Em muitos estados, há municípios recebendo metade do que recebe-

ram no ano passado, no mesmo período, disse.

Ele informou que o PFL decidiu convocar uma mobilização nacional de prefeitos com o objetivo de chamar atenção para o problema. O senador defendeu também a participação dos prefeitos nas discussões da reforma tributária. Afirmou que o seu partido não deseja

mais impostos, mas sim menor carga tributária e melhor divisão dos tributos arrecadados pela União.

Conforme Heráclito, "o que está acontecendo realmente é a redução da participação dos municípios no bolo tributário". Na década de 80, segundo ele, os municípios chegaram a receber 23%, mas hoje recebem apenas 13% da arrecada-

ção nacional.

– Na verdade, o que os prefeitos desejam é ter voz na discussão sobre a reforma tributária. Afinal, todas as ações se dão no município. É justo, então, que esses gestores participem do debate – declarou, acrescentando que os prefeitos reivindicam a inclusão de outros tributos na base de cálculo do FPM.



MOBILIZAÇÃO Heráclito informou que PFL reunirá prefeitos em Brasília



ENCARGOS Para Aelton Freitas "penúria" se deve à criação desordenada de novas unidades

Aelton sugere ampliação de diálogo

Diante da situação de quase falência de boa parte das prefeituras de Minas Gerais, o senador Aelton Freitas (PL-MG) fez apelo para que governo federal, estados e municípios intensifiquem um diálogo maduro em busca de soluções que garantam a sustentabilidade das três esferas de poder.

Ele admitiu ontem que a atual penúria das prefeituras se deve à criação desordenada de municípios na última década, bem como à queda de quase 30% nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), devida à diminuição na arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda (IR).

Para Aelton, pouquíssimos municípios são auto-sustentáveis. Em Minas, por exemplo, a maioria dos 468 municípios com até 10 mil habitantes não tem fonte de receita própria significativa, dependendo dos repasses do FPM para gerar empregos e renda e manter programas sociais, disse.

– Se houver queda de receitas do FPM, a situação se agravará de forma irreversível nos quadros municipais. Já está havendo interrupção na entrega dos medicamentos, corte de transporte escolar em zonas rurais, demissões e horários de funcionamento reduzidos – observou.

Renan quer prefeitos na reforma tributária

■ Municípios pleiteiam participação de 25% na CPMF e na Cide, além de redução de juros, informa senador

Ao informar ao Plenário que tem ouvido relatos "dramáticos" da situação de caos administrativo que as prefeituras vêm enfrentando, especialmente as das pequenas e médias cidades, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) defendeu, em Plenário, a participação dos prefeitos no debate da reforma tributária. Ele disse que o Senado não pode ficar indiferente à situação de quase insolvência que está atingindo várias prefeituras.

Citando dados da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), o parlamentar observou que de maio a julho o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) caiu de R\$ 2,2 bilhões para R\$ 1,2 bilhão. No primei-



Fotos: Rosevelt Pinheiro

DIAGNÓSTICO Renan advertiu que municípios brasileiros estão à beira da insolvência

ro semestre deste ano, os municípios receberam R\$ 2,4 bilhões a menos do que no mesmo período do ano passado, disse.

Renan apontou como principal motivo da queda de arrecadação o aumento da receita do governo federal por meio da criação de contribuições soci-

ais que não são compartilhadas com os estados nem com os municípios. Ele lembrou que o FPM representa a única ou a maior receita para mais de 4 mil dos 5.500 municípios brasileiros.

Os prefeitos querem aprovar na reforma tributária, segundo Renan Calheiros, participação de 22,5% na Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e o mesmo percentual na Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). Os prefeitos, acrescentou, também querem a imediata redução dos juros.

Em aparte, Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu a Renan que, como líder do PMDB, interceda junto às outras lideranças para que os prefeitos possam ser ouvidos. Renan acatou a idéia e informou que iria convidar representantes da Associação dos Municípios Brasileiros para participar, hoje, de almoço reunindo a bancada de seu partido.

Ideli aponta "orquestração" e condena movimento grevista nas prefeituras

A crise financeira por que passam os municípios "cheira a algo articulado, organizado, orquestrado, para se criar crise institucional no país", afirmou a senadora Ideli Salvatti (PT-SC). Ela advertiu que os prefeitos têm todo o direito de se manifestar, "mas não podem, enquanto um poder constituído, fazer greve".

– O que está acontecendo? Os problemas são reais, os municípios têm razão em várias das questões que levantam. Agora, a possibilidade de parar a prefeitura, fazer greve, é algo que não podemos admitir – alertou, lembrando que os jornais trazem notícias das greves em pre-



OBRIGAÇÕES Ideli lembra que municípios assumiram atribuições dos estados

feitas dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Bahia, Alagoas e Minas Gerais.

A senadora salientou que, à frente das ameaças de paralisação, estão prefeitos de partidos de oposição, do PSDB e do PFL. Leu notícia publicada em jornal catarinense segundo a qual o PFL pretende organizar em Brasília, no próximo dia 14, um encontro com os 1.025 dirigentes municipais do partido.

Ideli afirmou que os municípios assumiram muitas obrigações que eram dos estados, como o atendimento à população. Ao mesmo tempo, ressaltou, a Constituição de 1988 permitiu a criação de 1.200 municípios, a maior parte dependendo de repasses do fundo de participação.

Lúcia Vânia vê excesso de encargos

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) sugeriu que o Congresso discuta com seriedade o excesso de encargos constitucionais dos municípios, sem a devida contrapartida de recursos. Por conta disso, e com a queda na arrecadação de impostos federais, caíram nos últimos meses as verbas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o que está levando algumas prefeituras a demitir funcionários.

– Em praticamente todo o país, os prefeitos estão suspendendo pagamento de fornecedores, demitindo funcionários, reduzindo o horário de expediente, parando obras e cortando serviços. Alguns admitem até decretar moratória com a União.

Para Lúcia Vânia, "o Senado não pode e não está indiferente ao drama dos prefeitos". A senadora lembrou que ela própria apresentou emenda propondo novos prazos de renegociação e juros menores das dívidas dos municípios com o Instituto Nacional do Seguro Social. No entanto, ela vê ameaças até mesmo ao princípio solidário do sistema federativo brasileiro, porque a divisão "injusta" dos impostos prejudica em muito as prefeituras.

Ela disse que 200 prefeitos estavam reunidos no Senado, discutindo saídas para a crise.



SOLUÇÃO EXTREMA Segundo Lúcia Vânia, algumas prefeituras já admitem decretar moratória

CPI DO BANESTADO

Senadores e deputados marcam série de depoimentos para o mês de agosto. Amanhã, será a vez de presidente e relatora de CPI da Assembléia do Paraná



Waldemir Rodrigues

CRONOGRAMA Parlamentares definem audiências, que já começam na reunião de amanhã

Tereza Grossi e Carlos Mauch depõem no dia 15

O cronograma aprovado pela CPI do Banestado na reunião de ontem prevê audiência com a ex-chefe de Fiscalização do Banco Central (BC) Tereza Grossi, que na época em que ocorreram as denúncias sobre irregularidades com contas CC-5 em Foz do Iguaçu (PR) era responsável pela supervisão das instituições financeiras. A fiscalização do BC é acusada de omissão no controle de operações irregulares com contas CC-5, especialmente no Paraná. O depoimento de Tereza Grossi, que será ouvida juntamente com o ex-diretor de Fiscalização Carlos Mauch, foi marcado para 15 de agosto.

O presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), com o apoio do relator da comissão, deputado José Mentor (PT-SP), apresentou o calendário, que convoca reuniões para as manhãs das terças, quintas e sextas-feiras, a fim de ouvir outras 15 pessoas que estão envolvidas nas investigações ou que vão prestar esclarecimentos sobre os indícios de irregularidades. A primeira audiência será realizada já amanhã, para ouvir o presidente e a relatora da CPI que investigou o Banestado na Assembléia Legislativa do Paraná, deputados estaduais Neivo Beraldin (PDT) e Elza Correia (PMDB),

respectivamente. O convite aos parlamentares paranaenses foi feito a requerimento do senador Osmar Dias (PDT-PR).

Para o dia 12 de agosto, Antero marcou a audiência do deputado Paulo Melo (PMDB), presidente da CPI da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, que investigou esquema de corrupção na fiscalização tributária. Um dos relatores da CPI também será convidado.

O dia 22 de agosto será usado como reserva técnica da CPI ou para ouvir ex-gerentes de agências do Banestado em lugares onde teriam havido irregularidades, como Nova York e Foz do Iguaçu.

Audiências devem aprofundar investigações

Depoimentos marcados pela CPI do Banestado para agosto serão direcionados a aprofundar as investigações sobre irregularidades e desvio de recursos para o exterior pelo Banco Araucária e na administração do ex-prefeito paulistano Paulo Maluf. Nessa fase da CPI, serão ouvidos o ex-governador do Paraná Jaime Canet Júnior e Nicéa Camargo, que foi casada com ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta. Canet Júnior foi denunciado pelo Ministério Público nas investigações sobre o Araucária, enquanto Nicéa acusa Maluf de desviar dinheiro recebido como propina para o exterior.

No dia 14 de agosto, serão ouvidos os diretores do extinto Araucária Ruth Wathely Bandeira e Alberto Dalcanale Neto. Segundo o procurador da República Luiz Francisco de Souza, o Araucária, um dos cinco bancos com agências em Foz do Iguaçu autorizadas a operar com depósitos acima de R\$ 10

mil em contas CC-5, remeteu US\$ 5 bilhões para o exterior entre 1996 e 1999.

Ainda sobre esse caso, os parlamentares da CPI vão tomar o depoimento, em 21 de agosto, de Canet Júnior, que governou o Paraná entre 1975 e 1979. Ele é um dos 194 denunciados pela força-tarefa do Ministério Público no processo que investiga a lavagem de dinheiro no Banestado e no Banco Araucária. Antes disso, no dia 19 de agosto, os parlamentares da CPI devem ouvir o promotor de Justiça de São Paulo Sílvio Marques, que investiga o suposto esquema de corrupção na administração Paulo Maluf na prefeitura de São Paulo, entre 1993 e 1996.

No mesmo dia, será ouvido o ex-coordenador administrativo-financeiro da empreiteira Simeão Damasceno de Oliveira, que revelou a existência de "caixa dois" na empreiteira. Nicéa Camargo também deve ser ouvida em 21 de agosto.

Maluf e Celso Pitta não serão convocados por enquanto

A CPI do Banestado adiou ontem a votação dos requerimentos de convocação dos ex-prefeitos de São Paulo Celso Pitta e Paulo Maluf. A decisão seguiu recomendação do relator, deputado José Mentor (PT-SP), que explicou não haver nenhum dado novo a respeito do possível envolvimento dos citados no esquema ilegal.

– A relatoria tem critérios e uma estratégia de trabalho e não vê por que convocar, neste momento, o senhor Paulo Maluf e o ex-prefeito Celso Pitta. A CPI está tomando conhecimento agora de indícios contra vários acusados, mas ainda não há formulação de acusações contra os dois – justificou o relator diante das argumentações das senadoras Ideli Salvatti (PT-SC) e Serys Shlessarenko (PT-MT).

Serys é autora de um dos requerimentos de convocação de Maluf, ao lado do deputado Eduardo Valverde (PT-RO). Ela observou que a data do depoimento poderia ser marcada posteriormente, considerando

importante, no entanto, que ficasse desde já estabelecida a convocação do ex-prefeito.

Também Ideli defendeu a convocação de Maluf, argumentando que o depoimento do ex-prefeito teria caráter complementar e de exercício de defesa do depoente em resposta a denúncias, publicadas pela imprensa, de pessoas que serão ouvidas pela CPI.

A comissão aprovou requerimento conjunto do presidente da comissão, Antero Paes de Barros, e do relator, solicitando ao Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf) cópia de todos os documentos e demais dados disponíveis sobre Maluf, seus familiares e suas empresas que tenham relação com transações financeiras ou bancárias.

A comissão aprovou requerimento de Ideli Salvatti convocando o ex-presidente do Banco Central Gustavo Loyola a detalhar o ofício do banco que denunciou ao Ministério Público Federal as operações das contas CC-5 em Foz do Iguaçu.

Depoimentos marcados para agosto

Data	Deponentes
Dia 7 (quinta-feira)	Presidente e relatora da CPI que investigou o Banestado na Assembléia Legislativa do Paraná, deputados estaduais Neivo Beraldin e Elza Correia
Dia 12 (terça-feira)	Presidente da CPI da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro que investigou esquema de corrupção na fiscalização tributária do estado, deputado Paulo Melo (PMDB), e um dos relatores da CPI fluminense
Dia 14 (quinta-feira)	Alberto Dalcanale Neto e Ruth Wathely Bandeira de Almeida, gerentes do extinto Banco Araucária
Dia 15 (sexta-feira)	Ex-diretores de Fiscalização do Banco Central Tereza Grossi e Carlos Mauch
Dia 19 (terça-feira)	Promotor de Justiça de São Paulo Sílvio Marques, que investiga o suposto esquema de corrupção na administração Paulo Maluf, e ex-coordenador administrativo-financeiro da Mendes Júnior, Simeão Damasceno de Oliveira, que denunciou a existência de "caixa dois" na empreiteira
Dia 21 (quinta-feira)	Nicéa Camargo, que foi casada com o ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta e acusa o ex-governador de São Paulo Paulo Maluf de desviar dinheiro recebido como propina para o exterior, e o ex-governador do Paraná Jaime Canet Júnior, denunciado pelo Ministério Público nas investigações sobre o Banco Araucária
Dia 22* (sexta-feira)	Ex-gerentes de agências do Banestado em locais onde foram detectadas irregularidades, como Nova York e Foz do Iguaçu. Entre eles, Eraldo Ferreira e Ricardo Franczyck, ex-gerente da agência nas Ilhas Cayman

* De acordo com o presidente da CPI do Banestado, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), a data também pode ser utilizada como reserva técnica, tendo em vista que esse é o dia marcado para a viagem de um grupo de parlamentares da comissão para os Estados Unidos.

CPI DO BANESTADO

Grupo de parlamentares buscará informações no Congresso e Departamento de Justiça americanos

Missão viaja aos EUA no dia 22

O presidente da CPI do Banestado, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), marcou para o dia 22 de agosto a viagem aos Estados Unidos de um grupo de parlamentares da CPI. Eles devem conversar com membros do Departamento de Justiça e do Congresso norte-americano sobre o suposto esquema de lavagem de dinheiro de atividades criminosas com origem no Brasil e que tenham passado por agências bancárias dos EUA.

A comissão – “enxuta e pequena, capaz de defender os interesses da CPI nos Estados Unidos”, segundo Antero – será acompanhada por representantes do Ministério da Justiça,



ACOMPANHAMENTO Antero de Barros afirma que comissão será “enxuta e pequena”

da Procuradoria Geral da República e da Polícia Federal.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que, antes de

viajar aos Estados Unidos, a missão de parlamentares a ser escolhida pela CPI precisa estar bem embasada para poder solicitar da Agência Central de Inteligência (CIA) dados sobre a movimentação de recursos por grupos terroristas a partir do Brasil.

Em resposta a Tuma, o presidente Antero Paes de Barros comunicou que as autoridades do governo federal já estão mantendo contato com os órgãos correspondentes dos Estados Unidos para acelerar as investigações.

Para o relator da CPI, deputado José Mentor (PT-SP), a viagem deverá marcar o início de uma nova etapa das investiga-

ções. Com base nas informações que a CPI espera colher no exterior, Mentor prevê que a comissão estará pronta a realizar diligências juntamente com delegados e promotores em cidades como Foz do Iguaçu e Campinas (SP).

O senador Antero Paes de Barros informou ainda que, juntamente com o relator e o vice-presidente da comissão, deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ), está agendando reuniões de trabalho com o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, e outros procuradores, “para que possa haver atuação articulada e entrosada e se possa responsabilizar quem realmente for culpado”.



OBJETIVO Serys considera importantes as reuniões para divulgar o prêmio

Mulher-Cidadã fará reuniões nos estados

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem parecer da senadora Fátima Cleide (PT-RO) favorável ao Projeto de Resolução nº 20/2003, de autoria da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que permite a promoção de encontros e seminários nos estados com a finalidade de divulgar o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, concedido anualmente pelo Senado a cinco mulheres que se destacam na luta por melhores condições de vida e pela superação das desigualdades.

Serys lembrou que, nos anos que se seguiram à criação do diploma, os trabalhos ficaram restritos ao Senado, mas é necessário alargar a abrangência das reuniões para a ampliação dos trabalhos do conselho.

Pastoral da Criança terá homenagem

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto (PLS nº 211/2003) do senador Flávio Arns (PT-PR) instituindo o dia 5 de dezembro como o Dia Nacional da



Arns: combate à mortalidade infantil teve êxito

Pastoral da Criança. A matéria teve voto favorável do relator, senador Papaléo Paes (PMDB-AP), e segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

Flávio Arns destaca a importância da Pastoral no combate à desnutrição e à mortalidade infantil. Somente no ano de 2001, informa o senador, os voluntários da Pastoral reduziram a mortalidade a menos de 13 óbitos por mil nascidos vivos nas comunidades por eles acompanhadas.

Parlamentares terão livre acesso a reuniões secretas

O líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), protestou contra o que definiu como constrangimento sofrido por dois senadores nas dependências da Casa, semana passada, impedidos de assistir à sessão secreta da CPI do Banestado com o delegado da Polícia Federal José Castilho Neto. Logo após Tião Viana assinalar que o episódio feriu o Regimento Interno do Senado, o presidente do colegiado, senador Antero Paes de Barros, informou que já está assegurando o livre acesso de parlamentares às reuniões reservadas.

Ao serem barrados na porta da sala da sessão, os senadores teriam sido informados, segundo relato do líder petista, sobre uma determinação para restringir a entrada de parlamentares. Apesar de considerar grave a transgressão do artigo 117 do Regimento Interno, que garante a presença de senadores nas reuniões secretas da Casa, Tião Viana reconhece o empenho da Comissão Diretora em zelar pelo cumprimento dessas regras.

Antero chegou a admitir, ao comentar o episódio, que teria sido orientado por assessores a limitar o acesso às sessões secretas e aos dados de sigilo bancário e fiscal dos investigados aos titulares e suplentes da comissão. Esse entendimento prevaleceu até a audiência com o delegado Castilho, conforme



EMPENHO Tião Viana reconhece esforço da Comissão Diretora em zelar pelo Regimento Interno

adiantou, quando foi procurado pelo 2º vice-presidente do Senado, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), que relatou os problemas gerados pela restrição.

O presidente da CPI do Banestado também comunicou ao Plenário o envio de ofício à Procuradoria Geral da República e ao Ministério da Justiça solicitando a apuração de responsabilidade da Polícia Federal e do Ministério Público Federal no vazamento dos dados sigilosos repassados à comissão, na última quinta-feira, pelo perito Renato Barbosa e pelo procurador da República Luiz Francisco de Souza. Antero disse ter convicção de que os dados entregues pelos depoentes foram lacrados e estão submetidos a rígido controle de consulta no Senado.

Principais requerimentos aprovados

DEPOIMENTOS

- Ex-presidente do Banco Central Gustavo Loyola. *Autora:* Ideli Salvatti (PT-SC)
- Nicéa Camargo, ex-esposa do ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta. *Autora:* Serys Slhessarenko (PT-MT)
- Fellice Aggio, apontado como doleiro pelo Ministério Público e pela Polícia Federal. *Autor:* Magno Malta (PL-ES)
- Ex-funcionários do Banco do Brasil em Foz do Iguaçu Luiz Antônio Paganini e Clóvis José Tagliaro. *Autor:* Pedro Simon (PMDB-RS)
- Simeão Damasceno Oliveira, ex-coordenador administrativo-financeiro da empresa Mendes Júnior. *Autora:* Serys Slhessarenko
- Eraldo Ferreira, ex-funcionário do Banestado. *Autores:* Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), presidente, e deputado José Mentor (PT-SP), relator
- Deomar Vasconcellos de Moraes, ex-coordenador-geral de pesquisa e investigação da Receita Federal. *Autores:* presidente/relator
- Georges Panteliadis, fiscal do Banco Central em Foz do Iguaçu à época das evasões. *Autores:* presidente/relator
- Andréa Chiaretti do Nascimento Rodrigues Pinto e Sílvio Antônio Marques, promotores de Justiça de São Paulo responsáveis por investigações sobre evasão de divisas. *Autores:* presidente/relator

DOCUMENTOS

- Banco Central: transferência do sigilo bancário de dez empresas de *factoring*, no período de 1996 a 2002
- BC e Comissão de Valores Mobiliários (CVM): transferência do sigilo das aplicações financeiras dos investidores não residentes no país, entre janeiro de 1996 e dezembro de 2002
- Receita Federal: relação de contribuintes que realizaram transferências da agência do Banestado de Nova York e a compatibilidade entre o patrimônio/renda declarados e a movimentação financeira detectada
- Banco Central: relação das contas-correntes e seus titulares em Foz do Iguaçu que realizaram saques superiores a R\$ 50 mil em espécie, entre abril de 1996 e dezembro de 2002
- Banco Itaú: quebra do sigilo e o envio, pelo Banco Itaú, de cópia das gravações das mesas de câmbio do Banestado, referentes ao período entre 1996 e 1999
- Ministério Público Federal: cópia das investigações relativas a Gustavo Franco

Obs.: Os autores da requisição dos documentos acima são o presidente e o relator da CPI, Antero Paes de Barros e José Mentor

- Justiça do Paraná: gravações da Mesa de Câmbio do Banco Araucária, em Foz do Iguaçu. *Autora:* senadora Ideli Salvatti

Suassuna repudia artigo contra o Senado

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) repudiou ontem artigo do deputado federal Inaldo Leitão (PL-PB), publicado em 23 de julho no *Jornal da Paraíba* e

intitulado "Para que serve o Senado?". Para Suassuna, o texto é pobre em argumentação, e trata-se na verdade de uma "série de frases mal alinhavadas, típicas dos surtos de desatinos".



Suassuna: texto é típico dos "surtos de desatinos"

Respondendo às afirmações do deputado, Ney Suassuna observou que a um parlamentar que desconhece o nome da comissão que presidiu, e da qual ainda é membro, "falta autoridade para questionar a excelência do que se fez ou do que se faz" no Senado Federal.

O deputado afirmou que "a conduta de cada senador é ditada pelo interesse político-partidário e não pelo estado ao qual pertence". Disse também que não é raro um senador ser adversário do governador, tornando impossível a defesa do estado na Casa da Federação, por divergir do programa do governo estadual. Dois dos três senadores paraibanos estariam nessa situação, conforme Inaldo Leitão.

– Esse é um raciocínio que peca pelo menos em duas premissas: de um lado, ao imaginar que os interesses do governo estadual sempre se confundem com os interesses do estado; depois, ao inferir que os senadores seriam mesquinhos e tolos a ponto de prejudicar a própria população que lhes confia os votos – respondeu Suassuna.

Para o senador, é "bem possível" que o deputado ignore o papel desempenhado pelo Senado Federal ao longo da história brasileira até os dias atuais, e que o ataque tenha sido fruto justamente dessa desinformação. Ney Suassuna lembrou as responsabilidades do Senado, que surgiu com a revolução norte-americana e a associação voluntária das antigas colônias, e sua principal função, que é representar as unidades da Federação.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) solidarizou-se com Ney Suassuna.

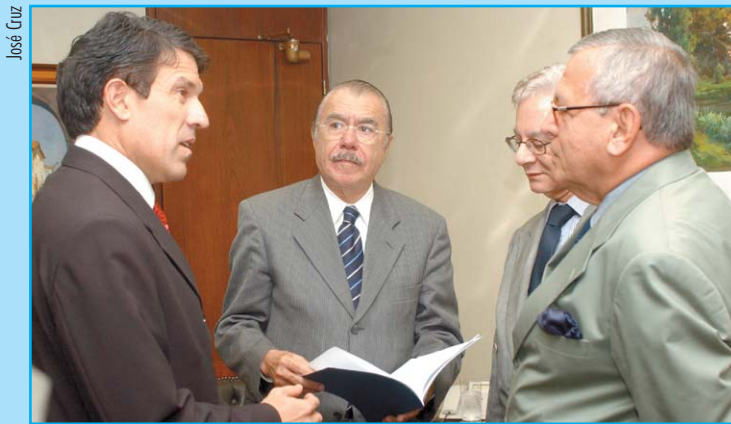
FGV deve participar da revisão da reforma administrativa do Senado

O presidente do Senado, José Sarney, reuniu-se ontem em seu gabinete com o diretor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Irapoan Cavalcanti, para acertar a assinatura de convênios entre as duas instituições.

O objetivo é garantir a contribuição da FGV na revisão da reforma administrativa do Senado Federal e o apoio a programas de treina-

mento de pessoal da Casa.

Irapoan Cavalcanti lembrou que, durante o mandato anterior de José Sarney na Presidência do Senado (1995-1997), a fundação participou da reforma administrativa da Casa, e agora é chamada para realizar a revisão daquele trabalho, que ficou defasado com o decorrer dos anos, para adequar a administração à realidade de hoje.



José Cruz

Maguito Vilela diz que há limite para concessões nas reformas

■ A manutenção dos privilégios colocará em risco as mudanças que a população brasileira exigiu nas urnas, disse

Em seu primeiro discurso depois de reassumir o cargo, após cinco meses de licença, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou ter certeza de que o Senado irá "cerrar fileiras" pelas reformas previdenciária e tributária e advertiu "que há um limite para as concessões" aos grupos que lutam para "manter seus privilégios".

– Ou o Congresso fecha questão em torno dos pontos essenciais ou as mudanças que o povo brasileiro exigiu nas urnas escorrem pelo ralo dos privilégios. Infelizmente, neste país,



Roosevelt Pinheiro

REAÇÃO Para Maguito, "o mundo vem abaixo" sempre que se procura fazer justiça no país

sempre que se busca fazer justiça o mundo quase vem abaixo. Promover a igualdade é também ferir os que sempre estiveram por cima – ressaltou o parlamentar.

Maguito disse que percorreu quase todo o país nesses cinco meses, encontrando-se com

várias lideranças, e pôde sentir que o Brasil inteiro espera ver aprovadas as reformas do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Para ele, é preciso ter firmeza para seguir o caminho traçado, pois, caso contrário, o país caminhará "para o caos". A tensão no campo, a violência nas cidades, o desemprego e as desigualdades "são sinais visíveis" desse caos, acrescentou.

– Se cada segmento pensar somente até o limite de seu umbigo, teremos eternamente os pobres morrendo de fome e os ricos morrendo de medo. O MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra] é filho das desigualdades. E já gerou um neto: o Movimento dos Sem Teto. Daqui a pouco chegarão os bisnetos, os tataranetos e não vai restar outra coisa senão o salve-se quem puder – assinalou.

Maguito sustentou que a reforma previdenciária "tira regalias apenas dos funcionários públicos que ganham excessivamente", ao mesmo tempo que beneficia a grande maioria dos servidores. Quanto à reforma tributária, o senador afirmou que ela precisa "ser menos tímida na simplificação e na diminuição dos impostos". E pediu que governo e Congresso não deixem de lado a reforma política.

Ao final, Maguito homenageou a suplente Iris de Araújo, que o substituiu no período de licença.

Saudaram o retorno de Maguito e o conteúdo de seu discurso os senadores Demostenes Torres (PFL-GO), Tião Viana (PT-AC), Ney Suassuna (PMDB-PB), Aloizio Mercadante (PT-SP), Efraim Morais (PFL-PB) e Mão Santa (PMDB-PI).

EPISÓDIO DO INSS

Heloísa desmente versão da imprensa sobre ação policial

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) desmentiu versão divulgada pela imprensa sobre episódio que culminou na ação da Polícia Federal para retirar servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em Brasília. Ela garantiu que não houve invasão daquele prédio público e que estava lá a pedido do presidente do INSS, Taiti Inenami.

Segundo narrou, a senadora acompanhava servidores convidados pelo presidente do INSS a subir ao seu gabinete



Roosevelt Pinheiro

Segundo Heloísa, presidente do INSS pediu sua presença

para negociar o pagamento dos dias parados. Inenami desistiu da reunião, mas informou que iria à Casa Civil tentar uma solução para o caso.

Uma hora depois, ainda de acordo com Heloísa Helena, o presidente do INSS pediu a ela que descesse até a garagem na companhia de dois servidores. A senadora disse que desceu, esperou alguns instantes e foi surpreendida pela ação de integrantes da Polícia Federal, que teriam agredido as pessoas que estavam lá no momento.

PM foi chamada para proteger patrimônio, afirma Tião Viana

O senador Tião Viana (PT-AC) apresentou ontem a versão do presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Taiti Inenami, sobre o conflito entre grevistas e a direção do órgão. Em correspondência lida pelo senador, o presidente do INSS revela que a Polícia Militar foi acionada "logo no início do inci-



Roosevelt Pinheiro

Tião Viana enfatizou esforços para o diálogo

dente, visando dar segurança ao patrimônio público e aos servidores". Inenami informou que "a senadora Heloísa Helena compareceu ao INSS dizendo que vinha a pedido do coman-

do de greve para intermediar as negociações. Ela foi recebida pela diretoria, que disse não poder atender à reivindicação".

Inenami informou ainda, segundo Tião Viana, que, na presença de Heloísa e do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, conversou com manifestantes que haviam invadido o instituto. Ele enfatizou a necessidade de os manifestantes saírem, "pois havia ordem do governo para a desocupação do prédio".



ESCLARECIMENTO Missão francesa na Amazônia tem que ser explicada, diz o senador

Mozarildo quer ouvir ministros e embaixadores

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) informou ao Plenário, em discurso, que apresentou requerimentos de convocação dos ministros das Relações Exteriores, Celso Amorim, e da Defesa, José Viegas Filho, para explicarem o caso dos franceses que entraram na Amazônia de avião sem conhecimento das autoridades brasileiras, para tentar negociar o resgate da senadora colombiana Ingrid Betancourt, que também tem nacionalidade francesa. Ela foi seqüestrada há cerca de um ano pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

Mozarildo apresentou ainda outros dois requerimentos para que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE) convide os embaixadores da França e da Colômbia para que falem do mesmo assunto.

— É um problema de dignidade do Brasil. A revista *Carta Capital* vem publicando há três semanas matérias mostrando as meias-verdades e mentiras da entrada do avião francês no território brasileiro. Isso precisa ser explicado aos brasileiros — sustentou Mozarildo, que pediu a transcrição nos Anais do Senado das reportagens.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), presidente da CRE, informou que o chanceler Celso Amorim irá à comissão amanhã, quando poderá ser questionado sobre o assunto.

Aprovado projeto que proíbe a taxa mínima de energia

Proposta de Osmar Dias foi votada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e agora vai à CCJ

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem à tarde parecer do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) favorável ao PLS nº 169/2001, do senador Osmar Dias (PDT-PR), que veda a cobrança da taxa mínima de energia elétrica para consumidores residenciais. Já aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a matéria agora será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O projeto de Osmar Dias elimina de forma definitiva a cobrança do custo de disponibilidade da energia elétrica, permitindo ao consumidor pagar unicamente pela energia efetivamente consumida. Ele destaca, ao justificar sua proposição, que durante o racionamento, em 2001, a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica suspendeu esse tipo de cobrança, visando estimular a economia de energia.



PRIORIDADE Osmar lembra que economizar energia deve ser objetivo permanente do país

— Além de ser mais justo, não cobrar a taxa mínima constitui

um estímulo importante ao uso mais racional dos recursos. Se um pequeno consumidor souber que poderá economizar e pagar unicamente pelo que consumiu, ele terá todo o interesse em reduzir seu consumo. E essa redução de consumo deveria ser o objetivo do país sempre, e não apenas durante a vigência do racionamento — justificou Osmar Dias.

Como o parecer foi aprovado, não foi necessária a votação de voto em separado apresentado pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS) propondo que a dispensa da taxa mínima beneficiasse apenas os consumidores de baixa renda.

Também foi aprovado pela CI requerimento do presidente da comissão, senador José Jorge (PFL-PE), propondo a realização de audiência pública para que o ministro das Cidades, Olívio Dutra, fale sobre as políticas nacionais de saneamento básico e abastecimento de água.

Efraim defende aumento da oferta de eletricidade na Região Nordeste

O senador Efraim Moraes (PFL-PB) alertou para a necessidade de aumento da oferta de energia elétrica para “fazer face à retomada do crescimento econômico que todos desejam ver no Brasil”. Ele lembrou que, para sustentar um crescimento de 3,5%, será necessária uma oferta adicional de 3.500mw de energia elétrica, implicando em investimentos de R\$ 10 bilhões por ano.

Efraim disse que a Região Nordeste está em situação mais preocupante no que diz respeito à vulnerabilidade em energia elétrica, uma vez que a região é fortemente dependente da bacia do Rio São Francisco, cujas usinas estão com um pouco acima de 40% da capa-



RETOMADA Efraim alerta que só investindo mais em energia o país poderá voltar a crescer

cidade média de armazenagem.

O senador explicou que a solução para a falta de energia elétrica no Nordeste passa pela construção de usinas no Rio Tocantins, cujas obras precisam ser licitadas agora para es-

tarem prontas em 2007. Haverá necessidade, também, de implantar usinas térmicas locais, a partir da montagem da infra-estrutura de gás natural, uma vez que existem poços inexplorados do produto em Alagoas.

Para o senador pela Paraíba, aumentar a disponibilidade de energia elétrica no Nordeste é a mais eficiente forma de reduzir as desigualdades regionais que, tradicionalmente, prejudicam os estados nordestinos.

Efraim e o senador Mão Santa (PMDB-PI) representaram o Senado na 2ª Conferência Interparlamentar de Energia e na 15ª Reunião sobre Energia e Minas do Parlamento Latino-Americano, realizadas no México.



PREÇOS Jonas afirma que produção recorde reduziu a cotação do grão no mercado

Jonas pede verbas para safra de milho

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) defendeu a liberação de recursos para que o Ministério da Agricultura, através da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), possa viabilizar o escoamento e a comercialização de 1,2 milhão de toneladas de milho, sustentando, assim, seus preços no mercado interno.

Segundo ele, o preço do milho no mercado interno vem caindo e já atingiu, em regiões do interior, a casa de R\$ 8 por saca — “valor absolutamente insuficiente para cobrir os custos de produção”, frisou o senador — devido à safra recorde de 42,7 milhões de toneladas (2002/2003), cerca de 30% maior do que a do ano anterior.

Para o senador por Mato Grosso, se essa situação perdurar, haverá grande desestímulo ao cultivo de milho para a próxima safra, já que os produtores desse cereal tenderão a migrar para a cultura da soja, mais rentável e de comercialização mais segura.

Jonas Pinheiro explicou que, em Mato Grosso, a falta de armazéns para acolher a produção e o custo alto do frete, devido à precária situação da malha viária, acabam inviabilizando o deslocamento dessa produção para outras regiões consumidoras do país. A produção do estado deve atingir 2,5 milhões de toneladas e o consumo é de apenas 950 mil toneladas.



Luiz Otávio critica ação da Vale contra *O Liberal*, do Pará

A decisão da Companhia Vale do Rio Doce de construir um pólo siderúrgico no Maranhão, e não no Pará, onde explora jazidas de minério de ferro para produção de aço, gerou ontem protestos em Plenário do senador Luiz Otávio (PMDB-PA). Ele disse que “antes de dar o tombo (*o anúncio do*

pólo), a Vale resolveu dar um coice”, referindo-se à abertura de processo judicial contra o jornal *O Liberal*.

Após condenar “a tentativa da Vale do Rio Doce de humilhar e calar um órgão de imprensa que é símbolo para o Pará”, Luiz Otávio leu o editorial publicado domingo passado, que deixa transparecer que o

processo teria sido motivado pelas “opiniões críticas” do jornal.

— A Vale, como demonstram seus balanços, é uma empresa que fatura bilhões, provenientes da exploração de riquezas retiradas em sua maior parte de território paraense. Mesmo assim, faz investimentos inexpressivos na área social e que

não têm reflexos na economia do estado — relatou Luiz Otávio, durante a leitura do editorial.

O governo paraense estaria ameaçando suspender vantagens tributárias, taxar o transporte do minério de ferro a ser beneficiado no Maranhão e criar barreiras nas áreas ambiental e ecológica.

Ciro Gomes poderá falar à CAE

Célio Azeredo



Ciro Gomes deve discutir recriação da Sudene

O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, deverá expor na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) os planos do governo para a recriação da Superintendência do Desenvolvimento

do Nordeste (Sudene). Requerimento nesse sentido, de Fernando Bezerra (PTB-RN), foi aprovado ontem.

Foi acolhido ainda requerimento de Sérgio Guerra (PSDB-PE) convidando o presidente da BR Distribuidora, Luiz Landim Machado, e o diretor de Mercado Consumidor da empresa, Marco Antonio Vaz, para explicarem por que a BR Distribuidora pratica preços diferentes de combustíveis.

Também foi aprovado parecer de João Alberto Souza (PMDB-MA) pela rejeição do projeto de autoria de Osmar Dias (PDT-PR) regulamentando operações de antecipação de pagamento de tributos. O presidente da CAE, Ramez Tebet (PMDB-MS), concedeu vista de duas matérias. Tasso Jereissati (PSDB-CE) pediu vista do Projeto de Lei nº 34/2001, que obriga a construção de muro de proteção em pontes e curvas perigosas nas rodovias. Leonel Pavan (PSDB-SC) solicitou vista de projeto que cria sistema de equalização das transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios.

Garibaldi propõe maior controle da política monetária

Ao considerar que o acompanhamento da oferta de moeda se tornou inócuo com a adoção da política monetária baseada em metas de inflação, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) apresentou ontem, na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), proposta para alterar procedimentos do Banco Central. O senador defende uma atualização da legislação do Plano Real para que o Senado possa desem-

penhar "uma real supervisão da política monetária". A proposta obteve apoio do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que mostrou a ineficácia do Senado ao monitorar a expansão da oferta de moeda e aprovar os relatórios trimestrais. Já o senador Fernando Bezerra (PTB-RN) propôs que fosse criada uma subcomissão ou grupo de trabalho para facilitar toda a discussão sobre as mudanças necessárias.



Waldemir Rodrigues

Comissão de Assuntos Econômicos aprova indicação para a Adene

■ José Zenóbio Teixeira recebeu 17 votos favoráveis e terá seu nome examinado pelo Plenário do Senado

A indicação de José Zenóbio Teixeira de Vasconcelos para o cargo de diretor-geral da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A mensagem presidencial, que obteve 17 votos favoráveis e dois contrários, será agora examinada pelo Plenário do Senado.

Durante sabatina antes da votação, o diretor indicado disse acreditar na possibilidade de ampliação de investimentos na região. Em resposta ao senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que perguntou como o diretor pretendia atuar em um quadro "tão drástico de falta de recursos", ele destacou que neste ano já há previsão de aplicação de R\$ 218 milhões em recursos do fundo constitucional de desenvolvimento da região.



Waldemir Rodrigues

QUALIFICAÇÃO Para Tebet (D), Zenóbio cumprirá com competência sua função à frente da Agência de Desenvolvimento do Nordeste

Zenóbio afirmou ter uma posição crítica em relação à atuação da antiga Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), órgão que teve a recriação anunciada pelo governo. Dirigindo-se ao senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), na sabatina, ele informou que, na nova Sudene, será mantido "rigoroso processo de sustentação de vontade política" para que o Nordeste tenha o apoio necessário ao seu

desenvolvimento.

O senador João Batista Motta (PPS-ES) manifestou a expectativa de que a atuação da Adene e a recriação da Sudene venham a "restituir aos brasileiros o desejo de pôr fim às desigualdades regionais".

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu detalhes sobre a experiência de Zenóbio em países socialistas. Em resposta, o diretor indicado observou que a Humanidade "perdeu

com o desmantelamento do socialismo e da União Soviética", da maneira como aconteceu. "Temos que aprender com esses exemplos e tirar lições", recomendou. Disse ainda que o Nordeste precisa ser competente para se posicionar de forma alta no país, sendo parte de um processo arrojado de distribuição de renda.

Ao senador Fernando Bezerra (PTB-RN), Zenóbio informou que sua indicação é apenas para a Adene, não havendo qualquer segurança de que, no futuro, venha a ocupar cargo na Sudene. O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), por sua vez, pediu que a Adene esteja atenta às regiões de Minas Gerais que têm as mesmas características do Nordeste.

Ao encerrar a reunião, o presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), afirmou estar torcendo pela recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) e fez apelo nesse sentido ao ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. Tebet disse acreditar que Zenóbio venha a cumprir com competência sua função frente à Adene.

Fernando Bezerra lembra sua luta contra o fim da Sudene



Célio Azeredo

REPÚDIO Fernando Bezerra afirmou que deixou Ministério de FHC por discordar da decisão

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) lembrou que sempre foi favorável à reestruturação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e que pediu para sair do Ministério da Integração Nacional, onde ficou de agosto de 1999 a maio de 2001, quando os então ministros Pedro Malan, da Fazenda, e Pedro Parente, da Casa Civil, propuseram ao presidente Fernando Henrique a extinção do órgão. Bezerra solicitou ao senador

Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que pudesse fazer esse esclarecimento antes da sabatina do economista José Zenóbio Teixeira de Vasconcelos, indicado para dirigir a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), já que era ministro na época em que o governo Fernando Henrique baixou o ato de extinção da Sudene, em maio de 2001.

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) ressaltou que Fer-

nando Bezerra foi incisivo na proposta de reestruturação do órgão. Tebet lembrou que o atual governo está cumprindo a promessa de recriar a Sudene.

Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou que não adianta recriar a Sudene se não houver recursos para fortalecer a autarquia.

Já Aloizio Mercadante (PT-SP) ressaltou a importância das mudanças propostas no projeto de lei de recriação da Sudene, citando mecanismos de controle do uso de recursos.



Waldemir Rodrigues

DEFESA Sérgio Guerra destacou trabalho de Fernando Bezerra pela reestruturação do órgão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos e Papaléo Paes